



Graduação  Pós-Graduação  
 Artigo completo  Relato de prática  Resumo expandido

## ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS BRASILEIRAS SOBRE A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

**Juliane Mendes Monteiro da Silva**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
juliane\_monteiro@ufms.br

**Allana Luiza Capistrano da Fonseca**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
allana.luiza@ufms.br

**Joice Chiareto**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
joice.chiareto@ufms.br

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as produções científicas brasileiras acerca da inserção dos jovens no mercado de trabalho. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e na técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016). A coleta de dados foi realizada na plataforma SPELL (*Scientific Periodicals Electronic Library*). Para localização foram utilizados os termos “jovens” e “mercado de trabalho” com o filtro de resumo que totalizou 227 artigos encontrados. Após a aplicação de critérios de inclusão e exclusão, ao fim obtiveram 46 artigos. Os resultados foram organizados em três eixos temáticos de análises: Eixo 1- Juventude e sentidos do trabalho; Eixo 2- Processos e formas de inserção profissional; Eixo 3- Modalidade específicas de inserção e seletividade. A análise evidencia que as dificuldades enfrentadas pelos jovens para a inserção profissional são vistas como um problema social, por ser uma questão que não depende apenas do indivíduo para obter sucesso, mas existem diversas trajetórias e caminhos que o jovem pode seguir. Esse estudo contribui para a compreensão das oportunidades e barreiras que existem nesta trajetória para o mundo do trabalho, apontando possíveis caminhos para práticas inclusivas.

**Palavras-chave:** Inserção Profissional; Jovens; Mercado de trabalho; Juventude.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas observa-se como a sociedade tem sofrido modificações que se intensificaram, principalmente, após a pandemia da COVID-19. Tais transformações impactaram diretamente a vida de diferentes grupos sociais, dentre os quais se destaca a juventude, público central da presente pesquisa. Essas mudanças causaram efeitos marcantes na vida dos jovens brasileiros, no que se refere à saúde, às relações sociais, e, principalmente, na economia.

Essa presente pesquisa tem como principal objetivo analisar o que mostram as publicações científicas brasileiras das últimas duas décadas a respeito da juventude e a sua inserção no mercado de trabalho. Para que possamos dar continuidade nesta análise precisamos primeiramente entender o que se entende por juventude.

Ao se referir a este grupo é utilizado diversos termos para caracterizá-los: “juventude, mocidade, puberdade, adolescência, flor da idade, novo, entre outros diversos termos” (Silva e Lopes, 2009, p. 88). Como o objetivo é analisar as publicações científicas nacionais é importante destacar que no Brasil há o uso corriqueiro de dois termos que são muito citados na literatura, a “juventude” e “adolescência” e muitas das vezes suas diferenças e seus conceitos não são muito bem definidos e esclarecidos, por esse motivo os termos são tratados como sinônimos, ou que possuem significados totalmente diferentes (Freitas, Abramo e León, 2005). Diante disso, nesta pesquisa serão considerados os termos jovem e juventude e como categoria central da análise.

Quando nos referimos a inserção profissional também encontramos várias interpretações, sendo frequentemente associado ao momento em que se inicia a vida ativa, seja na entrada à vida acadêmica, pelo início de um novo emprego, ou até mesmo representa a transição da escola e trabalho (Rocha-de-Oliveira, 2012).

E é nesse momento de transição que acontece o confronto do jovem em se inserir no mercado laboral, principalmente os considerados de classe baixa, que estão destituídos ou possuem difícil acesso aos direitos básicos, nas áreas da educação, saúde, moradia, lazer, cultura, esporte, entre outros (Naves, 2016). Todos esses fatores dificultam a inserção desse grupo, que ao invés de ser uma etapa rápida – saída do ambiente de educação/formação direto para o emprego – acaba se tornando muito mais complexa.

Nesse contexto, a inserção em vez de realmente ser qualificadora, muitos jovens acabam vivenciando formas precárias de ingressar no trabalho, que não se estabelecem de forma efetiva,

nem oferecem condições de qualidades.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar, por meio de estudos publicados na plataforma SPELL- *Scientific Periodicals Eletronic Library*, como ocorre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, considerando suas vivências, dificuldades, facilidades enfrentadas no momento em que iniciam ou buscam iniciar sua trajetória profissional. A relevância deste estudo se dá tanto no campo acadêmico, especialmente na área de gestão de pessoas, quanto na área de negócios, ao contribuir para a compreensão dos processos de integração dos jovens, seja por meio de vínculos formais de trabalho, vínculos informais ou por meio de programas de aprendizagem.

O texto está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. As demais são: a revisão de literatura, procedimentos metodológicos, resultados e discussões, considerações finais.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 Diferença entre “Adolescência e Juventude”

Para compreender o conceito de juventude entende-se que é necessário saber que não se baseia apenas numa fase biológica do desenvolvimento humano, mas precisa considerar diferentes dimensões sociais, culturais e históricas. Inicialmente, torna-se necessário esclarecer a diferença entre os termos “juventude” e “adolescência” que frequentemente são utilizados como sinônimos, embora suas definições e distinções nem sempre sejam apresentadas de forma clara na literatura.

O significado de adolescência é entendido como: “uma consequência inevitável do desenvolvimento do ser humano, em que acontecem mudanças no corpo e mudanças emocionais. Seria um período obrigatório de mudança para a fase adulta” (Naves, 2016, p. 34). Ao mesmo tempo que é considerada como uma fase biológica, a adolescência também é considerada como “um fenômeno complexo, que deve ser analisado em função de um conjunto complexo e mutante de mediadores que a constitui” (Naves, 2016, p. 34). Assim também autores como Freitas, Abramo e Léon (2005, p. 7) ao falarem sobre o conceito de adolescência, afirmam que: “Os psicólogos descrevem e fazem referência a adolescência, como processos que marcam essa fase da vida (puberdade, oscilações emocionais, características comportamentais, que são desencadeadas com a mudança de status, etc.)”.

Em relação à faixa etária, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), compreende que a adolescência se inicia aos 12 anos e termina aos 18 anos incompletos, quando atinge a

maioridade. Já a juventude, de acordo com o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), são considerados jovens os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos. (Brasil, 1990)

Por fim, para esclarecer a diferença desses termos e ter uma melhor compreensão da presente pesquisa, entende-se que a adolescência seria a “primeira fase” da juventude, marcada por transformações e preparação para a vida adulta, de 15 a 17 anos e 11 meses, enquanto a juventude corresponde ao momento de inserção social e construção de trajetórias, de 18 a 29 anos (Freitas; Abramo; Léon, 2005).

Mesmo com os termos definidos nota-se que a discussão em torno da adolescência e da juventude é ampla e construída a partir de bases teóricas diferentes, o que traz modos diversos de conceituá-las e percebê-las. Essas definições são importantes porque determinam como os jovens são tratados em termos de direitos e políticas públicas.

## 2.2 Conceito de Juventude

O Estatuto da Juventude considera jovens todas as pessoas que possuem entre 15 e 29 anos. Entende-se que esse grupo social não pode ser definido apenas pelo critério etário, embora esse seja importante para a delimitação e identificação inicial dos indivíduos considerados jovens (Freitas; Abramo; Léon, 2005).

Não existe uma única forma de ser jovem. Na literatura acadêmica precisamos entender a juventude como uma condição social que possui características próprias e que se manifesta de diferentes formas conforme os contextos históricos sociais vivenciados por cada indivíduo (Brito, 1996).

A definição de juventude também é uma construção histórica, mesmo que os processos biológicos (puberdade, crescimento) sempre tenham existido, a ideia de “juventude” como uma categoria social distinta só apareceu em tempos mais recentes. Isso aconteceu devido às mudanças sociais, ligadas especialmente ao capitalismo, que trouxe consigo novas formas de organização social e econômica, surgindo à necessidade de preparar os jovens antes de entrarem no mundo adulto (Brito, 1996). Esse momento passou a ser reconhecido como uma etapa própria e intermediária, não sendo identificada nem como infância e nem a vida adulta, tendo valores, comportamentos e expectativas diferentes, sendo definida posteriormente como juventude (Brito, 1996).

Nesse mesmo sentido Freitas, Abramo e Léon (2005) trazem a ideia de geração e classes de idade, que são importantes para analisar a juventude e adolescência, porque revela padrões

coletivos de estilo de vida, pensamento e comportamento, que diferenciam a juventude e adolescência de outros grupos sociais. Segundo os autores, a noção de geração ajuda a compreender esses padrões coletivos, mas não significa que seja um grupo social organizado. Ainda assim, podem existir pontos de encontros, tanto físicos, como a escola e atividades de lazer, quanto subjetivos, como formas de pensar e agir, que são denominadas “situação geracional” e, que favorecem a formação de grupos concretos de identidades próprias. (Freitas; Abramos; Léon, 2005). O que ajuda a entender ainda mais que o conceito de juventude não tem uma definição única.

Por fim, se faz pertinente falar sobre a compreensão da juventude enquanto categoria social, que de acordo com Krauskopf (2003, p. 17) tem sido construída a partir de diferentes paradigmas, classificados por:

1. Tradicionais: Que falam da juventude como um período preparatório para o futuro;
2. Reativos: Que enfatizam a juventude como problema;
3. Avançados: Reconhecem as pessoas na fase juvenil como cidadãs, produtoras de cultura e atores estratégicos do desenvolvimento.

Vale ressaltar que “os paradigmas não evoluíram linearmente, mas que coexistem e continuam nas programações referentes à adolescência e juventude “(Krauskopf, 2003, p.17) Autores como Freitas, Abramo e Léon (2005) contribuíram também significativamente ao problematizar essas abordagens, mostrando que houve avanços, mas limitação na forma como a juventude é tratada no âmbito das políticas públicas. O quadro 1 compara as perspectivas desses autores:

**Quadro 1: Juventude como período preparatório**

Krauskopf (2003)	Freitas, Abramo e Léon (2005)
Faz crítica a visão de que a adolescência é apenas um “meio do caminho”: nem criança, nem adulto, mas alguém em formação. Isso fez com que os adolescentes fossem percebidos como “crianças grandes” ou “adultos incompletos”	Concordam com a visão de Krauskopf (2003) de que a juventude é vista apenas como uma fase entre infância e vida adulta, voltada para a preparação. Por isso, as políticas públicas se concentram quase exclusivamente na Educação e em programas complementares (esporte, lazer, voluntariado, serviço militar), todos pensados como meios de formar o jovem para o futuro adulto.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Esse paradigma gera um vazio de conteúdos próprios da adolescência, porque ela é tratada apenas como preparação e não como uma etapa de valor (Krauskopf, 2003). Que



impacta nos direitos dos adolescentes e prolonga sua dependência infantil, vistos como imaturos inexperientes, impedindo de ser considerados como sujeitos sociais plenos. No Brasil, a Educação continua sendo vista como política universal, e outras áreas (saúde, trabalho e lazer) como complementares e voltadas apenas para formação. Mesmo programas de trabalho se reduzem a treinamento ou qualificação, reforçando a visão do jovem como sujeito em preparação e não como sujeito pleno de direitos. (Freitas; Abramo; León, 2005).

### Quadro 2: Juventude como etapa problema

Krauskopf (2003)	Freitas, Abramo e León (2005)
A adolescência era vista como uma etapa de transição, marcada por crises e riscos, associada a problemas como sexualidade (o primeiro a chamar atenção), violência e drogas. O autor critica a visão de rotular o jovem como um risco e a baixa efetividade das políticas.	Reforçam essa crítica, destacando que as políticas se concentram em “corrigir” ou “compensar” déficits e comportamentos de risco, em vez de promover o desenvolvimento integral. E também apontam que essa lógica constrói uma imagem generalizada e negativa da juventude, como se os problemas fossem próprio dos jovens.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Nesse paradigma entende que a juventude é vista apenas como um “problema social” e uma “fase de risco”, as políticas são focadas apenas em controlar esses riscos e eliminar os comportamentos considerados perigosos, que ao invés de causar resultados positivos acabam sendo prejudiciais, porque reforçam os rótulos impostos aos jovens e não promovem o crescimento integral deles (Krauskopf, 2003). No Brasil nos anos 80 e 90 esse paradigma dominou as ações voltadas para a juventude, que reforçou mais ainda a ideia de “juventude problema”, e até os dias de hoje muitos programas se apoiam nessa ideia de reduzir a violência juvenil (Freitas; Abramo; León, 2005). Infelizmente essas intervenções focam apenas no indivíduo, excluindo todo o contexto social envolvido, o qual produz essas situações.

### Quadro 3: Juventude como ator estratégico do desenvolvimento

Krauskopf (2003)	Freitas, Abramo e León (2005)
Apresenta uma visão positiva: os jovens não são vistos como ameaça ou déficit, mas como protagonistas na renovação das sociedades. O mundo exige indivíduos capazes de reciclar competências e atitudes com flexibilidade. A juventude, por sua capacidade de adaptação, torna-se central nas estratégias de desenvolvimento.	Reconhecem que é positivo ver os jovens como atores estratégicos, mas fazem a crítica de que isso pode virar apenas um discurso instrumental ou romantizado, sem considerar as necessidades reais e sem abrir espaço para participação dos jovens, além da sobrecarga de responsabilidades.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.



Nesse paradigma entende que a juventude é vista apenas como um “problema social” e uma “fase de risco”, as políticas são focadas apenas em controlar esses riscos e eliminar os comportamentos considerados perigosos, que ao invés de causar resultados positivos acabam sendo prejudiciais, porque reforçam os rótulos impostos aos jovens e não promovem o crescimento integral deles (Krauskopf, 2003). No Brasil nos anos 80 e 90 esse paradigma dominou as ações voltadas para a juventude, que reforçou mais ainda a ideia de “juventude problema”, e até os dias de hoje muitos programas se apoiam nessa ideia de reduzir a violência juvenil (Freitas; Abramo; León, 2005). Infelizmente essas intervenções focam apenas no indivíduo, excluindo todo o contexto social envolvido, o qual produz essas situações.

#### Quadro 4: Juventude como cidadão de direito

Krauskopf (2003)	Freitas, Abramo e León (2005)
O autor está dizendo que, com o paradigma da juventude cidadã, os jovens deixam de ser tratados apenas como “problema” e passam a ser reconhecidos como sujeitos plenos de direitos, com voz própria e capacidade de participar ativamente da vida social e política.	O foco dos autores é como esse paradigma se desenvolveu no Brasil. Reconhecem que representa um avanço, por reconhecer os jovens como cidadãos plenos e de direitos, mas que no país ainda está em sua fase inicial, que falta ainda transformar em políticas concretas.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Ainda atualmente no Brasil é necessário que as políticas atendam as necessidades reais dos jovens e que tenham mais espaços de fala. Sendo um passo importante para superar a visão negativa da juventude, não deixando apenas rotulada como “adultos infantis” nem como alguém que precisa ser moldado, entendendo que os jovens também são produtos de cultura, que constroem identidades e contribuem com a inovação e novos sentidos para a sociedade. (Krauskopf, 2003).

Também é importante entender que o mercado de trabalho atual demanda muito, especialmente dos jovens, mudanças relevantes, o que como apontam os autores Freitas, Abramo e León (2005) traz sobrecarga aos jovens. As consequências dessas atitudes geram jovens ansiosos que se frustram e ficam desmotivados, o que leva a diversos problemas seja na inserção desse jovem ou dentro da empresa.

### 2.3 Conceito de Inserção Profissional

A inserção profissional também é um termo que possui diversos significados, podendo ser entendido como inserção profissional, início da vida ativa, transição para o trabalho, passagem da escola para o emprego, entre outras expressões (Alves, 2007). Para Alves (2007) todos esses termos se referem a um mesmo fenômeno, que seria a passagem dos jovens da

escola para o mercado de trabalho.

Para melhor compreensão do conceito deste termo, precisamos entender que essas diversas nomenclaturas são temporalmente datadas, remetendo a períodos distintos ao longo da história. E para contextualizar melhor o significado de inserção profissional, é importante esclarecer quais são as duas principais correntes de pensamento: a Francesa no qual surgiu a expressão “entrada na vida ativa (*entrée dans la vie active*)”, por volta dos anos sessenta, que posteriormente passou a ser chamada de inserção profissional. E a anglo-saxônica, que utilizou a expressão “*entry to work*”, que em português significa entrada para o trabalho, que também foi substituída por “*transition to work*” transição para o trabalho (Alves, 2007).

A vertente anglo-saxônica se concentrou em entender como os jovens eram socializados dentro das empresas, como aprendiam as regras e se adaptaram às exigências, e como eram acolhidos no ambiente de trabalho (Alves, 2007). Para Moraes e Rocha-de-Oliveira (2021) esse modelo, no qual é utilizada a expressão “*school-to-work*” embora existam políticas e programas de apoio, os jovens são considerados os principais responsáveis pelo sucesso na entrada ao mercado de trabalho.

Entende-se a importância de analisar se de fato os jovens são realmente acolhidos dentro do ambiente de trabalho, porque isso é o que influencia a permanência e os comportamentos do jovem, mas no Brasil vemos que não podemos apenas considerar como esse indivíduo é tratado, quando já está inserido no meio laboral, ou pensar que ele é o único responsável pelo seu sucesso, sem considerar os contextos, históricos, sociais, entre outros. O problema central é de fato a inserção desse jovem, onde muitas vezes mesmo tendo formações adequadas, não consegue obter sucesso no ingresso. Vale ressaltar que as duas correntes teóricas levam em consideração essa situação chamada rebaixamento profissional (Moraes e Rocha-de-Oliveira, 2021).

O foco do modelo anglo-saxônico para a situação de rebaixamento profissional é concentrado em antecipar essa situação por meio de medidas preventivas. Sendo o desemprego causado pelas transformações socioeconômicas, ações estratégicas para atuar com esse problema aconteceram por volta da década de 1970. Com isso surgiram programas de qualificação e preparação para a inserção. Basicamente os programas de “*school-to-work*” tem como base a noção de formação de carreira (Moraes e Rocha-de-Oliveira, 2021)

Já pela vertente francesa o contexto é mais amplo e não considera apenas as escolhas individuais. Esse contexto inclui fatores: ambientais, sociais, econômicos, históricos e organizacionais, como políticas empresariais e leis trabalhistas; considera também aspectos



individuais como origem familiar, escolaridade e ciclo de vida (Moraes e Rocha-de-Oliveira, 2021).

A teoria francesa entende a “entrada na vida ativa” como o início da vida profissional, o momento em que o jovem passa da formação escolar para o trabalho, ou seja, o começo da trajetória profissional. Onde posteriormente ficou conhecido como inserção profissional, que surgiu nos anos 70, num contexto onde ocorreu um aumento do desemprego e a expansão do acesso dos jovens franceses ao ensino. Essa nova expressão, de acordo com Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012a) não se limita apenas ao “primeiro emprego” o ato de começar, mas envolve um processo mais amplo de como diferentes grupos sociais, especialmente os menos favorecidos, conseguem ou não se integrar ao mercado laboral. E isso, de acordo com Alves (2007) se deu por conta das dificuldades que os jovens vinham enfrentando para ingressar no mercado após a sua formação, deixando de ser um acontecimento breve e imediato na vida do indivíduo e passa a ser complexo e demorado.

A abordagem francesa considera a inserção profissional não apenas como um ato individual, mas como um processo social, que envolve diversos fatores sociais e históricos (sexo, raça, idade, origem social, entre outros), que se combinam e interagem (Volkmer Martins, 2016).

Para Moraes e Rocha-de-Oliveira (2021) o modelo francês dá maior profundidade a essa passagem de Escola/ Ensino Superior ao mercado de trabalho. Os autores acreditam que a inserção profissional não depende apenas do indivíduo, mas de um conjunto de fatores como:

[...] o ambiente sócio-histórico moldando os traços de uma população (demografia, economia, desenvolvimento tecnológico, novas formas de trabalho, nível de formação e expansão do ensino) e a realidade de seus membros em substratos sociais diferenciados, perpassando questões de classe, gênero e raça (aspectos que acompanham o trabalhador em toda a sua inserção); a composição individual do trabalhador (expectativas e experiências laborais, representatividade do trabalho); os fatores institucionais, como as políticas de Recursos Humanos; os agentes intermediários; as regulamentações estatais; e as organizações profissionais (Moraes e Rocha-de-Oliveira, 2021, p.8).

Por fim, a inserção profissional assim como o conceito de juventude, baseado na literatura francesa, é compreendida neste estudo como um processo complexo que envolve várias dimensões:

Individual, coletivo, histórico e socialmente inscrito; individual, pois cada indivíduo vive sua própria experiência no trabalho; Coletivo, porque há vivências semelhantes dentro de uma mesma geração ou grupo profissional; Histórico, porque acontece ao longo da vida e é marcado por fatores de cada época; Socialmente inscrito, porque está inserido em um contexto



socioeconômico e cultural específico, influenciado por instituições e representações sociais que os jovens constroem sobre o trabalho”(Rocha-de-Oliveira e Piccinini, 2012b, p. 49).

Ao comparar as duas abordagens é possível perceber alguns elementos comuns e diferenças relevantes. Entre os pontos a destacar estão: o risco constante de rebaixamento dos diplomas, as particularidades dos diferentes caminhos de inserção no mercado e o papel central das instituições de ensino superior nesse processo (Moraes e Rocha-de-Oliveira, 2021).

Mas nesta presente pesquisa será utilizado a abordagem francesa, por dialogar com o atual momento vivido no Brasil, onde a principal dificuldade dos jovens não está apenas no acesso à educação, mas no período posterior a concluir uma graduação ou a escola, quando vão em busca do primeiro emprego (Volkmer Martins, 2016). Indo além da qualificação individual.

### 2.3 A Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho

Nos dias atuais entende-se que ingressar no mercado de trabalho não é algo automático após se formar na escola ou universidade. De acordo com Rocha-de-Oliveira (2012) essa dificuldade de inserção é vista como um problema social, por ser uma questão que não depende apenas do indivíduo para obter sucesso, mas existem diversas trajetórias e caminhos que o jovem pode estar seguindo, como: usar programas públicos, contar com a ajuda da família, ou até mesmo prolongar o tempo de estudo para ganhar mais experiências e garantir um emprego estável, ou seja, os jovens utilizam diferentes estratégias e meios para entrarem no mercado de trabalho (Rocha-de-Oliveira, 2012).

Atualmente o fato de possuir um diploma já não é mais garantia de entrada no mercado de trabalho em uma vaga que corresponda ao nível de formação (Volkmer Martins, 2016). Nesse contexto, observa-se que a maioria dos jovens, além das buscas por empregos formais, acabam recorrendo também a trabalhos informais como alternativa de inserção e obtenção de renda. As mudanças que vêm acontecendo no mundo, principalmente após a pandemia da COVID-19, apresentam um impacto relevante nas relações de trabalho, que trouxe consigo novos tipos de contratos, aumentando mais a precariedade nos vínculos trabalhistas e negociações fora das regras formais da legislação. Essa alteração causa acirradas competições entre jovens e adultos pelos escassos empregos (Moraes e Rocha-de-Oliveira, 2021).

Devido à alta competitividade do mercado de trabalho atual, muitos jovens se veem na obrigação de aceitar qualquer emprego. De acordo com Dubar (2012) o trabalho não pode ser reduzido apenas a uma relação econômica (troca de esforço por salário), mas possuem uma dimensão simbólica, que traz um sentido para a vida individual e o reconhecimento social. Por

esse motivo, muitos jovens que ingressam dentro de um emprego novo ficam com o desejo de construir uma própria identidade profissional e essa construção identitária não ocorre em todos os empregos ocupados por jovens que ingressam no mercado de trabalho. Muitos indivíduos ao entrarem na empresa acabam frustrados por não obter o reconhecimento que deseja se tornando um fator central de uma crise de identidade bastante dolorosa (Dubar, 2011, *apud* Dubar, 2012).

A dimensão simbólica que o emprego trás, motiva os jovens a ingressarem no mercado, pois não se resume apenas a uma fonte de renda, mas ele organiza a vida do indivíduo, assegurando estabilidade financeira e econômica, organizando o tempo (rotinas diárias), o espaço, e desenvolvendo a identidade e a integração social. No entanto, sabe-se que esse trajeto é marcado por precariedade e seletividade, limitando o acesso a esse papel simbólico e reforçando as desigualdades sociais e culturais (Rocha-de-Oliveira, 2012).

Observa-se que o emprego desempenha um papel estruturante na vida do jovem, mas a realidade brasileira é marcada por precarização, seletividade e rotatividade, o que limita o acesso dos jovens a esse papel simbólico do trabalho.

Os quadros analíticos desta pesquisa mostram como as pesquisas nacionais revelam a complexidade dessa inserção, marcada por trajetórias muitas vezes fragmentadas com diferentes formas de viver da juventude.

Para análises das pesquisas foram definidos três eixos temáticos:

- Eixo 1 - Juventude e sentidos do trabalho;
- Eixo 2 - Processos e formas de inserção profissional;
- Eixo 3 - Modalidades específicas de inserção e seletividade.

Com base nesses eixos, será feita a análise dos artigos coletados. Para tanto, será utilizado o quadro 5.

**Quadro 5: Inserção profissional dos jovens no mercado de trabalho**

Eixo temático	Questão de Análise
Juventude e sentidos do trabalho (Percepções, experiências e valores)	Como os sentidos atribuídos ao trabalho se relacionam com os paradigmas: Tradicional (trabalho como preparação para o futuro), Reativo (trabalho como problema), Avançado (trabalho como cidadania e cultura).
Processos e formas de inserção profissional (trajetórias, mercado e desigualdades)	De que maneira os processos de inserção refletem os paradigmas: Tradicional (trajetórias lineares escola-trabalho), Reativo (inserções precárias vistas como problema social), Avançado (inserções que reconhecem protagonismo juvenil).



Modalidades específicas de inserção e seletividade (exclusão e assédio)

Como os mecanismos de seleção e critérios de empregabilidade (gênero, raça, classe, território) podem ser interpretados pelos paradigmas: Tradicional (seletividade como etapa natural), Reativo (seletividade como exclusão e problema), Avançado (seletividade como desafio a ser enfrentado com políticas inclusivas).

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de natureza descritivo-exploratória, com abordagem qualitativa, voltada à análise da inserção dos jovens no mercado de trabalho a partir das publicações científicas disponíveis. A revisão bibliográfica permite examinar e sintetizar as principais contribuições teóricas já publicadas, fornecendo uma base sólida de conhecimento para a pesquisa. Optou-se pela abordagem qualitativa porque elas permitem explorar a subjetividade dos indivíduos e compreender a complexidade do mundo social, utilizando técnicas de coleta e análise de dados, que consideram as particularidades e subjetividades dos sujeitos envolvidos (Brito; Oliveira; Silva, 2021).

Tais documentos foram selecionados em três etapas consecutivas e complementares: exploratória, de garimpagem e de análise. A fase exploratória caracterizou-se por estabelecer o banco de dados inicial. Utilizou-se como filtro as palavras-chave “jovens” e “trabalho”, aplicadas especificamente no campo “Resumo”. A busca foi realizada na base SPELL (*Scientific Periodicals Electronic Library*) e resultou em 227 artigos, no dia 18 de maio de 2025.

Após essa etapa se iniciou a fase de garimpagem, onde se realizou a leitura dos resumos de todos os artigos encontrados e a partir disso foram considerados apenas os artigos que: se tratavam das experiências vivenciadas pelos jovens dentro do mercado formal ou informal; que analisam as perspectivas de indivíduos que buscam essa inserção; perspectivas das empresas ao contratar jovens seja por meio das Consolidações das Leis de Trabalho ou por programas de aprendizagem; e, as perspectivas dos tutores, especialmente no contexto dos programas de aprendizagem. Os critérios de exclusão foram para os artigos que: abordavam os temas de inserção no mercado de trabalho, porém que se referiam a outras faixas etárias (fora da delimitação de idade entre 15 a 29 anos); assuntos que abordam temas sobre a juventude, porém não falavam sobre a inserção laboral; artigos duplicados; trabalhos que não apresentavam dados relevantes para os objetivos da pesquisa. Resultado ao final desta etapa um total de 46 artigos.

Para análise dos resultados adotou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme a Bardin (2016) possibilita ir além da contagem de frequências e alcançar uma leitura mais qualitativa



dos temas. Essa análise se caracteriza por procedimentos organizados e objetivos com descrição qualitativa das mensagens. Essa abordagem metodológica foi articulada ao referencial teórico, que compreende as múltiplas juventudes e os paradigmas desse grupo, a partir das contribuições de Krauskopf (2003) e de Freitas, Abramos e Léon (2005), bem como na discussão sobre inserção profissional na vertente francesa, explorada por autor como Alves (2007), Moraes e Rocha-de-Oliveira (2021), Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012), Volker Martins (2016) e Dubar (2012). As contribuições dos autores permitiram construção de um quadro analítico que mapeou a análise crítica desta pesquisa.

## 4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 Juventudes e Sentidos do trabalho

Os estudos reunidos aqui neste eixo trazem três contribuições relevantes para a análise da inserção, quando nos referimos às percepções, experiências e valores que os jovens atribuem ao trabalho.

O jovem não enxerga mais o trabalho apenas como fonte de renda, mas como um espaço de construção de identidade, socialização, sentido de vida (Rocha-de-Oliveira, 2012).

Nas pesquisas sobre programas Trainees (Bitencourt et al., 2012; 2014) mostra a percepção dos jovens em relação a esse programa, onde a maioria dos que se candidatam e participam da seleção vêem como uma oportunidade de crescer rapidamente, além de receber treinamentos e formações (Bitencourt, Piccinini e Rocha-de-Oliveira, 2012).

Segundo Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012, *apud* Charlot; Glasman, 1998), a entrada dos jovens no mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais demorada e marcada por transformações sociais. Esse percurso se organiza como uma trajetória temporal. Os autores destacam três aspectos principais: (i) o diploma continua sendo exigido, mas já não garante a inserção no mercado nem uma posição protegida nele; (ii) a adaptação ao emprego passou a ser responsabilidade de políticas públicas e da própria família, em vez das empresas; (iii) para alcançar estabilidade, o jovem precisa ter experiência profissional reconhecida (Rocha-de-Oliveira e Piccinini, 2012; *apud* Charlot; Glasman, 1998).

Considerando o aspecto (i) discutido pelos autores vemos que a graduação ela torna-se apenas um requisito mínimo de nivelamento porque de acordo com os autores Bitencourt et al. (2012) questões como ser de classe média, ter formação em universidades reconhecidas no país (como as universidades federais no Brasil), ter notas boas, ser competitivo e ambicioso, são características que o candidato precisa ter para conseguir ingressar dentro de, por exemplo, um

Programa Trainee. Esses programas são uma forma de inserção profissional qualificante, onde prevalecem políticas de valorização, reconhecimento, formando assim um grupo que possui características que o diferenciam dos outros milhares de candidatos que não conseguiram ingressar. Trazendo para a realidade brasileira vemos que é um excelente programa de grandes oportunidades, porém é necessário fazer parte de um grupo específico de jovens, que de acordo com os autores Bitencourt, Piccinini e Rocha-de-Oliveira (2012) são representantes de uma juventude privilegiada, que já iniciam a sua trajetória preparados para assumir cargos elevados nas organizações, tendo a possibilidade de ser o grupo que futuramente irá comandar e administrar as grandes empresas do país.

O sentido que essa qualificação excludente traz aos jovens é positivo e negativo, porque mesmo que ofereça oportunidade de desenvolvimento profissional, ele revela uma seletividade excludente, reforçando ainda mais desigualdades sociais já existentes, que alinha com a ideia de Krauskopf (2003), com o paradigma reativo, entendendo o trabalho como um problema que causa o sentido de sofrimento ao jovem, e esse impacto é particularmente sentido pelos jovens das classes mais baixas, que em sua maioria não concluem cursos em faculdades reconhecidas, ou quando ingressam, enfrentam dificuldades para alcançar boas pontuações, por diversos fatores relacionados ao contexto social e econômico que aquele indivíduo faz parte, fazendo com que não tenha nenhuma chance de participar do processo seletivo.

Autores como Cardoso e Santos (2017) trazem também o sentido da importância da espiritualidade organizacional para os jovens, pois como afirma os autores a espiritualidade organizacional pode ser entendida como um ato de reconhecer o indivíduo como detentor de múltiplas dimensões, respeitando as suas necessidades emocionais, espirituais e racionais, reconhecendo que ele possui uma vida interior. A exigência por uma gestão mais humanizada e espiritualizada nas organizações surge como uma necessidade atual da juventude, porque de acordo com Cardoso e Santos (2017) existe uma relação entre a espiritualidade e o bem-estar dos jovens, porque assim que as empresas realizam ações voltadas para a espiritualidade os funcionários percebem que existe uma preocupação real da empresa com o bem-estar, pois os trabalhadores não leva para o trabalho apenas o corpo e a mente, mas suas expectativas, emoções e valores. Essa visão reconhece os jovens a partir da perspectiva de Krauskopf (2003) cidadã de direitos, que não devem ser vistos apenas como força de trabalho, mas em um todo, portador de valores, expectativas e necessidades.

As pesquisas nacionais trouxeram o sentido de prazer e sofrimento para os jovens trabalhadores. O trabalho está além de uma forma de ganhar a vida, de acordo com Torres et al.

(2020) o ambiente de trabalho afeta os jovens positivamente ou negativamente quando é percebido e vivenciado com prazer ou sofrimento, em termos físicos e mentais. Mas é importante lembrar que não existe uma juventude homogênea: falamos em ‘juventudes’, no plural, porque cada grupo vivencia o trabalho de forma diferente, dependendo de sua origem social, cultural e histórica. Assim, um jovem negro da periferia e uma jovem branca de classe média não terão as mesmas experiências e sentidos atribuídos ao trabalho. (Torres et al., 2020), essa visão se conecta com a ideia de Brito (1996), onde entendemos a juventude como uma condição social que se manifesta de diferentes formas conforme os contextos históricos sociais vivenciados por cada indivíduo.

Além das diferenças relacionadas às condições sociais, os jovens precisam enfrentar muitos desafios referentes à alta taxa de desemprego, primeiros empregos em funções e salários baixos, com pouca qualificação, presença da informalidade e rotatividade, deixando esses indivíduos vulneráveis ao sofrimento psíquico (Torres et al., 2020).

Para compreender por que os jovens enfrentam tantos desafios, é necessário observar tanto as condições de trabalho quanto às relações socioprofissionais. Entre estas, destacam-se situações como fofocas entre colegas, ausência de trabalho em equipe e clientes mal-humorados. Referente às condições objetivas, sobressaem a sobrecarga de tarefas, a falta de reconhecimento, os baixos salários, o cansaço, o estresse e as exigências físicas. Nesse contexto, Costa, Marques e Ferreira (2020) ressaltam que, para alguns, o trabalho assume posição de destaque, por conta de questões de pressões financeiras, mesmo que desconsidere suas necessidades pessoais. Essa ideia contribui fortemente para o eixo seguinte.

#### **4.2 Processos e formas de inserção profissional**

Referente aos processos e formas de inserção, as publicações nacionais apresentam perspectivas relacionadas às diferentes trajetórias vivenciadas pelas diferentes juventudes, trajetórias estas marcadas pelas desigualdades que permeiam sua inserção no mercado de trabalho. Os principais achados desses estudos destacam duas formas de inserção: por meio dos programas de aprendizagem e pelo empreendedorismo.

As contribuições de Franco e Paiva (2017, 2018) e Paiva et al. (2017, 2022) destacam a inserção juvenil por meio dos programas de aprendizagem. Para esses autores, a percepção de justiça no ambiente de trabalho exerce forte influência sobre os comportamentos e atitudes dos jovens. Embora a juventude contemporânea priorize a questão financeira, muitos também consideram se o que fazem traz prazer e significado à vida (Costa, Marques e Ferreira, 2020).



Nesse contexto, Franco e Paiva (2018) analisam os fatores que levam a comportamentos retaliatórios, que seriam ações de revidar injustiças, entre jovens aprendizes. No entanto, tais atitudes raramente se manifestam, pois, segundo os autores, a alta valorização do trabalho e a importância atribuída à oportunidade de inserção profissional são os principais elementos que impedem essas reações. Os resultados revelam também que, em sua maioria, os jovens percebem o ambiente organizacional como justo, mas essa percepção decorre do fato de não se reconhecerem diretamente como vítimas de injustiça. Situações injustas, quando não percebidas, tendem a ser minimizadas, relevadas ou naturalizadas. Para jovens de classes mais baixas, mesmo diante de condições pouco agradáveis, o trabalho é valorizado pela renda obtida e pelas experiências acumuladas. O programa de aprendizagem, nesse sentido, possibilita ganhos de conhecimento e vivência, ainda que também revela situações de injustiça (Franco e Paiva, 2012, 2018).

Essa postura de minimizar ou neutralizar situações de injustiça em função da renda e da possibilidade de adquirir experiência revela uma lógica própria da juventude trabalhadora. Ao aceitar tais condições como parte do processo de inserção, os jovens confirmam o que destacam Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012, *apud* Charlot; Glasman, 1998): (iii) para alcançar estabilidade, é indispensável que a experiência profissional seja reconhecida.

É importante ressaltar que, para muitos jovens, a inserção profissional promovida pelo programa de aprendizagem é sua primeira experiência no mercado (Santos; Magro; Morgan, 2021). No entanto, as pesquisas relacionadas a esses processos evidenciam que esse tipo de inserção se aproxima do paradigma reativo (Krauskopf, 2008; Freitas; Abruas; Léon, 2005), justamente por se configurarem como experiências precárias. Muitas vezes, os jovens aprendizes são direcionados para atividades não permitidas a esse público, como realizar entregas externas, atuar no caixa, receber ou entregar dinheiro, carregar peso acima do limite, utilizar produtos químicos de limpeza ou manusear máquinas que oferecem riscos de acidentes (Santos; Magro; Morgan, 2021).

Essa precariedade também se manifesta na fragilidade dos vínculos e na dificuldade de reconhecimento da experiência adquirida. Santos, Magro e Morgan (2021) observam que, por se tratar de uma exigência legal, muitas empresas contratam aprendizes sem planejamento ou definição clara de funções, que gera dificuldades tanto para as organizações quanto para os jovens. Infelizmente, em diversos casos, a contratação ocorre apenas para o cumprimento de obrigações legais, sem compromisso efetivo com a formação e valorização desses trabalhadores (Santos; Magro; Morgan, 2021).



Essa lógica confirma que, mesmo o trabalho sendo valorizado pela renda e pela oportunidade de aprendizado, a estabilidade real só pode ser alcançada quando a experiência profissional é efetivamente reconhecida (Rocha-de-Oliveira e Piccinini, 2012).

A inserção profissional por meio do empreendedorismo, de acordo com os autores Lima-Filho, Sproesser e Martins (2009), no Brasil se dá em consequência do aumento populacional e pelo baixo crescimento da oferta de empregos e renda. Os autores fazem análises de alguns jovens empreendedores com o objetivo de observar o que os motiva a iniciar esse empreendimento. Lima-Filho, Sproesser e Martins (2009) baseiam sua análise em jovens originários da classe média. De acordo com os autores, os jovens da classe média estão cada vez mais atraídos pelo empreendedorismo, motivados por valores de liberdade e iniciativa própria, e enxergam isso como uma forma de crescer socialmente, em sintonia com o que suas famílias desejam para eles. Esses jovens são inspirados por valores como independência, liberdade para criar e gerir seus próprios negócios, e a ideia de que o sucesso depende do esforço individual, com o desejo de subir a uma classe superior e se diferenciar dentro do seu grupo. (Lima-Filho et al., 2009). Essa atitude se liga diretamente com a ideia de Krauskopf (2003); Freitas, Abramo e León (2005), quando se referem a juventude como autores estratégicos do desenvolvimento, onde a juventude é entendida como potencial transformador, como os protagonistas de futuras inovações e mudanças.

Essa dedicação excessiva pode levar ao desequilíbrio entre a vida profissional e pessoal, devido à pressão que esse trabalho causa e por conta da ausência de tempo para a família, já que empreender frequentemente exige ir além de uma jornada de trabalho normal (Lima-Filho et al., 2009). Os sacrifícios que os jovens da classe média precisam fazer nesse processo de inserção, em sua maioria, é motivado por interesses familiares, ou por pressão social sobre os jovens, indo além da vontade individual (Lima-Filho et al., 2009). Como consequência muitos jovens não sentem prazer pelo que faz, e simplesmente fazem porque foi passado de geração em geração, sem considerar suas expectativas próprias, que de acordo com Freitas, Abramo e León, (2005), isso pode ser problemático, pois desconsidera as necessidades reais da juventude e reforça ainda mais a ideia de que os jovens devem assumir o papel de indivíduos de mudança social.

Freire (2011) analisa de que forma os jovens se insere no contexto empreendedor. Para o autor, a juventude busca essa forma de inserção principalmente por necessidade, causada pela falta de oportunidades no mercado, sendo maior que as dificuldades enfrentadas pelos adultos, já que “a taxa de desemprego entre jovens no Brasil é 3,2 vezes superior à registrada entre

adultos” (Freire, 2011, p.87).

Outra análise relevante mostra que a maioria dos jovens que iniciam um empreendimento não possuem registro em carteira de trabalho, comprovando a ideia de que para participar do mundo do trabalho é preciso que tenha experiência (Rocha-de-Oliveira e Piccinini 2012, *apud* Charlot; Glasman, 1998). Os jovens empreendedores brasileiros abrem negócios com a intenção de minimizar as desigualdades sociais e econômicas às quais estão submetidos, como não conseguem acesso a empregos formais, recorrem ao empreendedorismo como estratégia de sobrevivência. No entanto, a maior parte desses jovens não possuem nenhum tipo de educação empreendedora o que leva a ter diversos problemas empresariais, isso acontece porque os jovens estão em busca da inserção no mercado, levando-os ao empreendedorismo por necessidade e não por oportunidade. (Freire, 2011).

Neste eixo evidencia-se como pode ser refletido os paradigmas da juventude (Krauskopf, 2003; Freitas; Abramo; Léon, 2005), indicando que a trajetória da inserção profissional não ocorre de forma linear, diretamente da transição escola-trabalho. Os jovens, principalmente os das classes mais baixas, precisam buscar alternativas para ingressar dentro do mercado, seja por meio de programas de aprendizagens, ou recorrer ao empreendedorismo por necessidade. Essas estratégias levam a cenários de precariedade, insatisfação e sofrimento a esse grupo social. Os jovens acabam submetidos a tais condições em tentativa constante de obter uma renda para sobreviver, elevar seu status social e conquistar independência financeira, ao mesmo tempo em que busca atender suas necessidades individuais, como carreira, sonhos e expectativas profissionais (Freitas; Abramo; Léon, 2005).

#### **4.3 Modalidades específicas de inserção e seletividade**

Neste eixo os estudos analisam como os programas específicos moldam a inserção dos jovens. As pesquisas nacionais revelaram como as situações de assédio moral e relações abusivas afetam os jovens.

As transformações no mundo do trabalho atual, exigem constante atualização e adaptabilidade. Esse contexto reforça ainda mais a responsabilidade individual pelo sucesso profissional (Freitas; Abramos; Léon, 2005). Essa situação gera vulnerabilidade para os jovens que se vêem na obrigação de conseguir ter sucesso, levando a aceitar qualquer emprego e injustiças (Torres et al., 2020). Os autores Oletto et. al (2019) mostram em suas pesquisas como muitos jovens, por conta de sua pouca experiência, permanecem no emprego mesmo que sofram diversos tipos de violências organizacionais.

Destaca-se nestas pesquisas os diferentes abusos de poder sofrido pelos jovens, em grande parte causados por posições hierárquicas inferiores que ocupam nas empresas. Como consequência, enfrentam desvalorização e subestimação por parte dos colegas e superiores. Além da hierarquia sofrem também por serem considerados inexperientes e sem conhecimento, que leva a muitos gestores e colaboradores a tratar esses indivíduos com impaciência, desqualificando suas funções. Essa percepção é utilizada como justificativa para subestimar aquele indivíduo (Oleto; Palhares; Paiva; Barbosa, 2019).

Essas situações acarretam diversas atitudes, positivas ou negativas, em resposta às violências sofridas por esse grupo, que gera estratégias de enfrentamento baseadas em confronto direto com seus superiores, por meio de questionamentos ou reclamações (Oleto et al., 2019). Uma das atitudes comuns que os jovens desenvolvem é a de fuga, como tentativa para escapar daquele abuso, seja por meio dos desinteresses nas tarefas, ou em alguns casos faltas no trabalho. Mas os autores reconhecem que muitos jovens por necessidade daquele emprego e por medo do poder dos gestores, hesitam em agir ou ter algum tipo de reação frente a esses abusos (Oleto et al., 2019).

As pesquisas nos sentidos das relações de poder dialogam diretamente com a ideia de Freitas, Abramo e León (2005) quando dizem que atualmente os jovens são reconhecidos como cidadãos de direito, porém no Brasil ainda é preciso avançar na efetivação desses direitos, visto que muitos jovens, inclusive aquele inseridos em programa legais, vivenciam situações em que seus direitos são nitidamente violados nesse sentido Oleto, Palhares e Paiva (2019, p.142) destacam:

Hoje em dia, o trabalhador encontra-se sob a égide de uma relação de subordinação em que a liberdade do fazer é substituída pelo poder dirigente do empregador em relação às atividades a serem realizadas. Nesse contexto, para se tornarem competitivas, muitas empresas utilizam práticas que agridem os trabalhadores, desrespeitando-os no ambiente de trabalho, como, por exemplo, a prática do assédio moral. Consequentemente, as pessoas tornam-se muito fragilizadas devido a essas investidas, as quais afetam suas condições emocionais, causando danos, muitas vezes, irreversíveis (Oleto; Palhares; Paiva, 2019).

Os autores defendem a importância de que os jovens não passem e sejam expostos a esse tipo de situações de agressões no trabalho, considerando que o jovem está no processo de transição, no qual cada um está começando a se construir e ser construído como um sujeito. Portanto:

Torna-se importante lembrar que processo, organização e relação no trabalho são dimensões que devem interagir em prol da manutenção saudável do ambiente em que se desenvolvem, ou seja, o ambiente de trabalho. Assim, se há mudança em qualquer dessas dimensões, não é difícil diagnosticar que os

contratos de trabalho serão afetados e, conseqüentemente, também as partes envolvidas nesses pactos sentirão seus efeitos (Oleto et al., 2019, p.143).

Infelizmente, os jovens não enfrentam apenas o assédio moral. Pesquisas nacionais também destacam outra violência recorrente, o assédio sexual. Oleto, Palhares, Paiva e Guimarães (2018) destacam que no campo da Administração, o assédio sexual é compreendido como um tipo de assédio moral, visto que as relações de poder abusiva tendem a ser mantidas por meio do constrangimento ao favorecimento sexual, sob ameaça de perda do vínculo de trabalho. Os autores evidenciam as atitudes das empresas formadoras, especialmente os programas de aprendizagem, diante dessas situações. Observa-se que a maioria das vítimas acabam sendo transferidas ou desligadas da organização, o que contribui para que muitas deixem de denunciar os casos por medo de terem seus benefícios e emprego ameaçados.

As reações das empresas em fazer a transferência ou o desligamento da vítima faz encontro direto com o paradigma reativo (Krauskopf, 2003; Freitas; Abramo; León, 2005), onde as organizações não enfrentam a violência, apenas exclui a vítima, reforçando ainda mais o receio de denúncia do jovem por medo de perder espaço e oportunidades, sendo consequência direta da seletividade excludente, que entende a juventude como o problema a ser resolvido.

Além do paradigma reativo, podemos considerar também o paradigma avançado na visão de Freitas, Abramo e León (2005). No Brasil, ainda está em construção à ideia de que os jovens têm direitos singulares, relacionados às suas necessidades e desafios, e não apenas uma ampliação dos direitos de adolescentes ou trabalhadores adultos. Por isso, ainda é preciso avançar para que realmente as necessidades dos jovens sejam atendidas. Não é possível considerar a visão de Krauskopf (2003) a realidade do país, porque para o autor o jovem passou a ser reconhecido como sujeito pleno de direitos, com voz própria e capacidade de participar ativamente da vida social e política. Mas infelizmente na prática isso não acontece, pois de acordo com Freitas, Abramo e León (2005) as políticas públicas se concentram quase exclusivamente na Educação e em programas complementares (esporte, lazer, voluntariado, serviço militar).

Oleto, Palhares, Paiva e Guimarães (2018) destacam a necessidade de revisar as políticas e práticas de gestão de pessoas, iniciando por treinamentos e desenvolvimentos, porque, os trabalhadores adultos e mais experientes são apontados como os principais responsáveis pelo assédio. E isso é urgente, porque na visão dos autores tais práticas afetam diretamente os jovens, que hoje são “um grupo invisível” no mercado, mas que no futuro ocuparão os cargos de liderança. Não enfrentar o problema agora significa dar continuidade a

ciclos de violência que irão promover mais ambientes de trabalho tóxicos no futuro.

## 5 CONCLUSÕES

Ao longo das últimas décadas as publicações sobre as juventudes e sua inserção no mercado vêm ganhando visibilidade. Contudo, permanece a necessidade de ampliar os estudos, sobretudo no âmbito referente ao Eixo 3 desta pesquisa, que evidencia situações de violência e abusos sofridos pelos jovens inseridos no programa de aprendizagem. É fundamental destacar que tais práticas também atingem jovens com vínculo empregatício regido pela legislação trabalhista, mas que carecem de políticas eficazes de proteção. Muitas vítimas não se reconhecem como tal ou, por medo, optam por estratégias de fuga e silêncio, evitando denunciar para não perder o emprego (Oleto et al., 2018).

Outra contribuição relevante refere-se aos sentidos que a juventude contemporânea atribui ao trabalho. Para além da renda, mesmo que seja um fator importante, os jovens querem ingressar em uma empresa que faça sentido para sua vida, que de acordo com os autores Costa, Marques e Ferreira (2020, p.80) “Os fatores associados ao prazer no trabalho envolvem as relações socioprofissionais, trabalhar com o que se gosta; receber elogio e reconhecimento do desempenho, e liberdade de expressão com a chefia e os pares”. Entretanto, a realidade brasileira está um pouco distante dessa expectativa. Sendo marcada por assédio moral, tarefas repetitivas e práticas contrárias à legislação.

Por conta da alta taxa de desemprego e devido às crescentes barreiras de inserção, muitos jovens aceitam situações de injustiças e violações de direitos. Ou recorrem a estratégias para preencher essas lacunas, como o empreendedorismo por necessidade, no qual muitos que iniciam não tem formação e conhecimento para iniciar esse empreendimento, que causa diversas frustrações por conta das dificuldades empresariais nas quais não estão preparados para lidar, longas jornadas de trabalho, entre outras situações (Lima-Filho et al., 2009).

Por fim, identificou-se a necessidade de aprofundar os estudos sobre a juventude e sua inserção no mercado de trabalho. Tal demanda decorre das dificuldades em conceituar ambos os termos, uma vez que se apoiam em múltiplas bases teóricas que, por vezes, apresentam de falta de clareza, tornando complexa a compreensão e a sistematização desses conceitos.

Essa pesquisa pretende contribuir para os futuros estudos voltados à compreensão da juventude e das complexidades enfrentadas para ingressar no mercado, com o objetivo de contribuir para políticas mais efetivas de integração, que considerem essas diversas juventudes



existentes. Reconhece-se, entretanto, que este estudo possui algumas limitações: à utilização de apenas uma única base de dados SPELL (*Scientific Periodicals Electronic Library*), e no fato de que grande parte das publicações analisadas se concentraram principalmente na inserção por meio de programas de aprendizagem. Tal recorte mostra a necessidade de ampliar os estudos, incorporando outras perspectivas, como das empresas contratantes, perspectivas das empresas formadoras no caso dos programas de aprendizagem, dos colaboradores que convivem com os jovens na empresa, da perspectiva da família e demais atores sociais.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, N. Inserção profissional dos jovens: do problema social ao objeto sociológico. Niterói: **Universidade Federal Fluminense**, 2007. Disponível em: <https://spa.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/296/2017/12/insercao-profissional-jovens-problema-social.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2026.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BITENCOURT, B. M.; PICCININI, V. C.; OLIVEIRA, S. R.; GALLON, S. Programas Trainee: Entre A Inserção Qualificante E A Seletividade Excludente. **Revista Economia & Gestão**, v. 14, n. 36, p. 5-30, 2014.
- BITENCOURT, B. M.; PICCININI, V. C.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. Programas Trainee: Jovens orientados para o sucesso. **Revista Administração em Diálogo**, v. 14, n. 2, p. 102-135, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: 10 de março de 2026.
- BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acesso em: 20 de fev. de 2026.
- BRITO LEMUS, R. Hacia una sociología de la juventud. **Jóvenes: Revista de Estudios sobre Juventud**, n. 1, México: Instituto Mexicano de la Juventud, 1996.
- BRITO, J. **Jovens, culturas e identidades urbanas**. São Paulo: Cortez, 1996.
- CARDOSO, E. J.; SANTOS, J. N. Práticas de Espiritualidade: Um Caminho para o Bem-Estar de Jovens Trabalhadores . **Reuna**, v. 22, n. 2, p. 24-43, 2017
- COSTA, S. D. M.; MARQUES, E. M. I.; FERREIRA, A. C. C. Entre os sentidos do trabalho, prazer e sofrimento: um estudo baseado na perspectiva de jovens trabalhadores-estudantes. **Revista Gestão Organizacional**, v. 13, n. 1, p. 64–85, 2020.

DUBAR, C. The construction of self through work activity: the professional socialization. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, p. 351-367, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/zrnhPNJ4DzKq3Y3nq7mKKH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2026.

FARIAS, S. K.; COSTA, G. S.; ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. 325 p.. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 23, n. 2, out. 2020. ISSN 2179-7536. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/8518>. Acesso em: 18 mar. 2026. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v23i2.8518>.

FRANCO, D. S.; MAGALHÃES, A. F.; PAIVA, K. C. M.; SARAIVA, L. A. S. Entre a inserção e a inclusão de minorias nas organizações: uma análise crítica sob o olhar de jovens trabalhadores. **Revista Economia & Gestão**, v. 17, n. 48, p. 43–61, 2017.

FRANCO, D. S.; PAIVA, K. C. M. Justiça organizacional e comportamentos retaliatórios: como jovens aprendizes (não) se posicionam? **Revista Gestão & Planejamento**, v. 19, n. 1, p. 331–349, 2018.

FREIRE, D. A. L. O jovem e o empreendedorismo no Brasil: oportunidade ou necessidade? **Gestão e Desenvolvimento**, v. 8, n. 1, p. 83–91, 2011.

FREITAS, M. V.; ABRAMO, H. W.; LEÓN, O. D. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/2344>

KRAUSKOPF, Dina. **Participación social y desarrollo en la adolescencia**. 3. ed. San José, C.R.: Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2003. 28 p. ISBN 9968-9943-0-81.

LIMA-FILHO, D. O.; SPROESSER, R. L.; MARTINS, E. L. C. Empreendedorismo e jovens empreendedores. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 24, p. 246–277, 2009.

MORAES, J. P.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. YOUTH, TRAINING AND WORK: APPROACHING THE THEORIES OF PROFESSIONAL INSERTION AND SCHOOL-TO-WORK. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e223807, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.223807->. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/nHDHRYFHHZMphQYjPbvm6GJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 FEV. 2026.

NAVES, F. F. Interfaces entre a psicologia sócio-histórica e a educação popular com adolescentes. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de fora , v. 9, n. 1, p. 32-49, jun. 2016. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202016000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202016000100004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 fev. 2026.

OLETO, A. F.; PALHARES, J. V.; PAIVA, K. C. M. Assédio moral no ambiente de trabalho: um estudo sobre jovens trabalhadores brasileiros. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 8, n. 2, p. 141–162, 2019.

OLETO, A. F.; PALHARES, J. V.; PAIVA, K. C. M.; GUIMARÃES, L. R. Percepções de

tutores sobre o assédio sexual sofrido por jovens trabalhadores nas organizações. **GESTÃO.Org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 16, n. 1, p. 43–56, 2018.

PAIVA, K. C. M.; DUTRA, M. R. S.; RIOS, J. E.; BOTTINI, F. F. Valores organizacionais e do trabalho: semelhanças, diferenças e tendências entre jovens aprendizes de São Paulo (SP). **Revista Economia & Gestão**, v. 22, n. 61, p. 103–119, 2022.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. Empreendedorismo e jovens: desafios e perspectivas. **Revista de Administração Pública e Contabilidade (RPCA)**, v. 6, n. 1, 2012. DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v6i1.11087>.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. Inserção profissional: perspectivas teóricas e agenda de pesquisa. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 124–135, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v6i1.124>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/11087/7882>. Acesso em: 13 fev. 2026.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, S.; PICCININI, V. C. Contribuições das abordagens francesas para o estudo da inserção profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 13, n. 1, p. 63-73, 2012a. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203023770008.pdf>. Acesso em: 26 de fev. 2026.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, S.; PICCININI, V. C. Uma análise sobre a inserção profissional de estudantes de administração no Brasil. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 13, p. 44-75, 2012b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/vBvtyDZGQ5xLqhhzTXJvXMF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 de fev. de 2026.

SANTOS, J. D.; MAGRO, M. L. P. D.; MORGAN, A. Desafios para a inserção e permanência dos alunos nas empresas vinculadas ao Programa Jovem Aprendiz do Senac Chapecó, SC. Navus – **Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 11, p. 1–15, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22279/navus.2021.v11.p01-15.1557>.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 87–106, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/100/65>. Acesso em: 13 fev. 2026.

TORRES, T. P. R.; BOTTINI, F. F.; PAIVA, K. C. M.; PEREIRA, J. R. Prazer e Sofrimento para Jovens Trabalhadores de Belo Horizonte. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 19, n. 2, p. 8-26, 2020.

VOLKMER MARTINS, B. **Expansão e diversificação do Ensino Superior no Brasil: a mobilidade social e a inserção profissional dos jovens estudantes e egressos de cursos superiores da região metropolitana de Porto Alegre/RS**. 2016. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

